

ATA DA QUINTA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE PIRACICABA

1 Aos treze (13) dias do mês de abril do ano de dois mil e treze (2013) no auditório do
2 Armazém da Cultura - Estação da Paulista, à avenida Dr. Paulo de Moraes, 1580, Centro,
3 Piracicaba – SP, realizou-se a 5ª Conferência Municipal da Cidade de Piracicaba. Os
4 organizadores, membros do Grupo de Trabalho e Comissão Preparatória, chegaram a partir das
5 sete horas (7h), foram devidamente identificados com camisetas fornecidas pela Caixa e outros
6 com crachás; os trabalhos foram distribuídos em acordo com orientações anteriores. Justificou
7 ausência o Sr. Dorival José Maistro devido doença na família. A partir das oito horas (8h) dá-se
8 início às inscrições dos delegados e observadores, os quais eram direcionados a mesa
9 correspondente ao seu segmento ou a dos observadores; as mesas foram colocadas nas
10 entradas do referido auditório. Cada representante da entidade indicado como delegado na 5ª
11 Conferência Municipal da Cidade recebia uma pulseira de identificação na cor vermelha e cada
12 representante da entidade indicado para eleição como membro da Sociedade Civil no Conselho
13 da Cidade era identificado por uma pulseira na seguinte cor: Movimentos Populares - cor
14 amarela; Entidade dos Trabalhadores - cor rosa; Entidade dos Empresários - cor azul; ONGs,
15 entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e Conselhos Profissionais – cor verde;
16 Observadores-Prata. O indicado para participar de ambas as eleições recebia duas pulseiras de
17 identificação. Todos os credenciados receberam pasta com cópia do Regimento Interno, bloco
18 para anotações, caneta, folder e questionário fornecido pelo “Observatório Cidadão de
19 Piracicaba”, que fora solicitado à Comissão Preparatória para análise da participação. No
20 auditório estava à disposição dos presentes café da manhã. O mestre de cerimônia, **Sr. Evandro**
21 **Evangelista**, inicia o evento às nove horas e quinze minutos (9h15). Deseja um bom dia a todos
22 e esclarece que o objetivo do evento é a realização da 5ª Conferência Municipal da Cidade de
23 Piracicaba, que tem como foco principal o debate, entre governo e sociedade civil, sobre a
24 implementação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano – SNDU, cuja criação parte da
25 necessidade de coordenar as ações governamentais (Governo Federal, Estadual e Municipal)
26 relacionadas às políticas urbanas de forma a universalizar o direito à cidade, em especial, o
27 acesso à moradia digna, aos serviços de saneamento ambiental e à mobilidade urbana. Ressalta
28 que em sua 5ª edição, a Conferência tem como tema “QUEM MUDA A CIDADE SOMOS NÓS:
29 REFORMA URBANA JÁ”, tendo seus trabalhos desenvolvidos a partir desta temática. Na
30 sequência, convida o Sr. Lauro Jerônimo Annichino Pinotti, Diretor-Presidente do Instituto de
31 Pesquisas e Planejamento de Piracicaba – IPPLAP e membro da Comissão Preparatória, e o
32 vereador Pedro Motoitiro Kawai, representante da Câmara de Vereadores de Piracicaba e
33 membro da Comissão Preparatória, para se dirigirem ao palco. Após, passa a palavra para o
34 vereador **Pedro Motoitiro Kawai**, que agradece a presença de todos e ressalta a importância do
35 debate sobre política urbana. Na sequência passa a palavra ao **Sr. Lauro Jerônimo Annichino**

36 **Pinotti** que também agradece a presença de todos e faz um breve resumo do crescimento
37 desordenado das cidades em geral e de Piracicaba. Comenta a importância do Estatuto da
38 Cidade e seus instrumentos. Salienta que o Plano Diretor de Piracicaba precisa ser revisto,
39 dando aplicabilidade aos instrumentos do Estatuto e que deverá ser projetivo. O cerimonialista
40 finaliza a solenidade de abertura, solicita às autoridades que ocupem os assentos da primeira
41 fila e agradece a presença de outras autoridades presentes na plenária. Inicia os trabalhos com
42 a leitura do Regimento Interno, com apresentação em PowerPoint no telão, para
43 acompanhamento e ciência de todos. A aprovação do Regimento Interno pela plenária é
44 questionada por participantes e pelo vereador José Antônio Fernandes Paiva, especialmente no
45 inciso dos observadores que não tem direito a voz e voto. A Procuradoria do Município na
46 pessoa da Sra. Andréia Golinelli e membro da Comissão Preparatória ressalta que a Resolução
47 nº 14, de 6 de junho de 2012, do Ministério das Cidades, dá prerrogativa à Comissão
48 Preparatória, que é composta por membros do poder público e sociedade civil, para elaborar o
49 Regimento Interno, a saber: “Art. 42. Cabe às Comissões Preparatórias Municipais: I - definir
50 Regimento Municipal, contendo critérios de participação para a Conferência, para a eleição de
51 delegados para a etapa estadual, respeitada as definições deste regimento e do regimento
52 estadual, bem como a proporcionalidade de distribuição dos segmentos, conforme art. 17”.
53 Retomando os trabalhos, o cerimonialista Evandro convida para o palco a arquiteta e urbanista
54 Lígia Nerina Rocha Duarte que fez uma avaliação da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Conferências Nacionais,
55 realizadas em 2003, 2005, 2007 e 2010, respectivamente e a atuação do Conselho das Cidades.
56 O vereador **José Antônio Fernandes Paiva** solicita informação de quantos inscritos há até o
57 momento. Foi informado por membro do Grupo de Trabalho que são 9h35 (nove horas e trinta
58 e cinco minutos) e a inscrição dá-se por encerrada, mas ainda não dispomos dos números dos
59 credenciados. Na sequência o cerimonialista Evandro retoma sua fala lendo o curriculum da
60 palestrante Lígia Nerina Rocha Duarte, arquiteta e urbanista, mestre pela PUC Campinas, com
61 pesquisa sobre Planos Diretores de Piracicaba. Lembra que foi funcionária pública do município
62 de Piracicaba de 1980 a 2011, na área de planejamento urbano e coordenou a revisão do Plano
63 Diretor de Piracicaba em 2004. Solicita que a palestrante se dirija ao palco. A **Sra. Lígia Nerina**
64 **Rocha Duarte** inicia sua fala com apresentação no telão fazendo uma retrospectiva das
65 Conferências nos anos de 2003, 2005, 2007 e 2009 respectivamente. Na avaliação colocou as
66 propostas feitas nas Conferências anteriores que na sua centralidade apresentou a
67 preocupação com a efetivação do Plano Nacional de Urbanismo e dos instrumentos do Estatuto
68 da Cidade, bem como a integração das políticas urbanas no território nacional e a afirmação da
69 Função Social da Propriedade e da Cidade. Na sequência, o **cerimonialista Evandro** inicia a
70 descrição das palestras, com apresentação no telão, acerca do tema QUEM MUDA A CIDADE
71 SOMOS NÓS: REFORMA URBANA JÁ. Destaca que as palestras seguirão os quatro eixos
72 estruturantes estabelecidos pelo Ministério das Cidades, a saber: I - participação e controle
73 social no SNDU; II - Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano (FNDU); III - Instrumentos e

74 políticas de integração intersectorial e territorial e IV - políticas de incentivo à implantação de
75 instrumentos de promoção da função social da propriedade. Chama para o palco para versar
76 sobre Participação e Controle Social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano – SNDU –
77 o senhor Wagner de Melo Romão, lê seu curriculum, a saber: graduado em Ciências Sociais,
78 Mestre e Doutor em Sociologia, todos pela USP/SP; professor de Política do Departamento de
79 Antropologia, Política e Filosofia da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara;
80 pesquisa temas relacionados à democracia participativa, à gestão de políticas públicas e às
81 relações entre Estado, governos e sociedade civil. Neste momento, os manifestantes do
82 movimento “pula catraca” entram no auditório pelo corredor central, batucando, com apitos e
83 faixas e fazem manifestação pedindo revogação da lei ilegal e abusiva de aumento das
84 passagens de ônibus urbano. Destacam a má qualidade dos mesmos e ressaltam que desde
85 janeiro estão se manifestando e não são ouvidos pelo poder executivo; que a juventude está
86 sendo ignorada; quem está subsidiando as taxas são os trabalhadores, pagando pela isenção
87 dos idosos e estudantes. O professor Wagner se identifica, salienta que a manifestação é
88 saudável, pede o respeito dos mesmos, resalta que tem muita gente aqui também trazendo
89 suas propostas para debater questões relacionadas à política urbana e assim como foram
90 ouvidos ele gostaria de falar. Pede uma salva de palmas para esta juventude que se manifesta,
91 que se coloca, que vai a busca de seus direitos, destaca que precisamos incentivar estas
92 manifestações. Passa uma última palavra para um dos manifestantes que lê Moção de Apelo, a
93 saber: “Nós, cidadãos e cidadãs abaixo-assinados, apelamos à Comissão Preparatória da 5ª
94 Conferência Municipal da Cidade de Piracicaba para que coloque em votação aos delegados a
95 concessão do direito de voz e voto a todos os interessados em participar dos grupos de debates
96 realizados durante a Conferência, conforme o inciso II do Art. 6º do Regimento Interno, que
97 dispõe: “Art. 6º Compete à Comissão Preparatória Municipal: II-propor os critérios e
98 modalidades de participação e representação dos interessados, bem como o local de realização
99 da Conferência”. Solicitamos o exercício do legítimo direito de todos os cidadãos e cidadãs
100 apresentarem e votarem em propostas e escolherem os delegados para a Conferência
101 Estadual.” A Moção de Apelo é passada para coleta de assinaturas e entregue à Comissão
102 Preparatória. O **Sr. Lauro Pinotti** pede a palavra e em nome da Comissão Preparatória recebe a
103 Moção de Apelo e salienta que encaminhará ao Ministério das Cidades para avaliar esta
104 questão, resalta que se há falhas que sejam corrigidas. Destaca que hoje vamos prosseguir
105 com o Regimento apresentado. O palestrante Wagner pergunta aos manifestantes se querem
106 continuar no palco ou se querem descer para poder iniciar sua palestra. Os manifestantes
107 resolvem sair do palco e se dirigem ao fundo do auditório. O **Professor Wagner de Melo**
108 **Romão** inicia sua fala esclarecendo que ao se pensar na necessidade da criação do Sistema
109 Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU) - principal objetivo da 5ª Conferência Nacional
110 das Cidades – vale a pena considerar que a criação de sistemas nacionais de políticas públicas
111 se iniciou na Constituição de 1988, que já prevê o Sistema Único de Saúde, que foi

112 regulamentado pela Lei Orgânica da Saúde, no ano de 1990. Ressalta que outro exemplo é o
113 Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que embora tenha sua Lei Orgânica (LOAS) criada
114 em 1993, só se efetivará – continua se efetivando – como SUAS a partir de 2004. Esse fato
115 mostra como a criação e a estruturação dos sistemas de políticas públicas no Brasil se
116 relacionam a trajetórias diversas de criação, dadas as circunstâncias políticas, o
117 amadurecimento da política como “política nacional” e o estágio da relação entre Estado e
118 sociedade civil. Esclarece que isso deve ser considerado quando a Conferência atual chama a
119 sociedade civil e os agentes públicos a pensar em estratégias de criação do SNDU. Destaca que
120 fundamentais, nesses dois principais sistemas em funcionamento no Brasil, são pelo menos três
121 fatores: 1) descentralização e coordenação federativa, com divisão de competências entre os
122 entes federados – uma política nacional; 2) repasses orçamentários fundo a fundo; 3)
123 participação ou controle social. Lembra que a participação da sociedade civil têm se dado por
124 canais institucionais e não-institucionais (direta): nas mobilizações, abaixo-assinados, pressão
125 sobre os governos a participação é direta; nos conselhos e conferências, a participação é
126 prevista em legislação e a representação da sociedade civil se inscreve no aparato jurídico do
127 Estado brasileiro. Informa que alguns conselhos são consultivos, outros são deliberativos,
128 outros têm caráter fiscalizador. Ressalta que quanto mais poder de decisão têm os conselhos
129 (municipais, estaduais, nacional) sobre a política pública a ser desenvolvida (no caso, as
130 políticas de desenvolvimento urbano), mais força terá o Sistema, pois os conselhos e
131 conferências – mas principalmente os conselhos – são suas colunas de sustentação política e
132 democrática. Salaria que o Conselho deve ser o responsável principal pelo acompanhamento
133 das ações no setor e sua coerência com a Política Nacional; e também deve ter caráter
134 fiscalizador das transações financeiras dos fundos específicos do setor. Agradece e encerra sua
135 palestra. Na sequência o **cerimonialista Evandro** chama ao palco para versar sobre Fundo
136 Nacional de Desenvolvimento Urbano – FNDU – a senhora Daniela Carolina Ajudarte e lê seu
137 curriculum, a saber: Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade Nove de Julho;
138 atualmente na Caixa atua nas análises de projetos vinculados às operações de crédito
139 Imobiliário na Gerência de Filial de Desenvolvimento Urbano e Rural de Piracicaba (GIDUR-
140 Piracicaba). Inicia sua explanação, com apresentação no telão, fazendo uma introdução à
141 proposta de criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano (FNDU), suas aplicações e
142 composição, bem como as competências sobre a aplicação dos recursos do FNDU pelo
143 Ministério das Cidades. Ressalta a importância da participação dos presentes na definição da
144 mais adequada utilização do FNDU, no âmbito municipal. Antes da apresentação do próximo
145 palestrante o **Sr. Lauro Pinotti**, membro da Comissão Preparatória, pede a palavra e informa o
146 número dos credenciados solicitado pelo vereador José Antônio Fernandes Paiva, a saber:
147 Segmento I – 15; Segmento II – 5; Segmento III – 9; Segmento IV – 4; Segmento V – 5; Segmento
148 VI – 7 e Observadores – 74. Na sequência o **cerimonialista Evandro** chama ao palco para versar
149 sobre Instrumentos e Políticas de Integração Intersetorial e Territorial o senhor Alex Marques

150 Rosa e lê seu curriculum, a saber: Arquiteto e Urbanista formado pela UNESP/Bauru,
151 atualmente Secretário de Habitação de Limeira e mestrando na FAU/USP, cuja pesquisa é sobre
152 a integração das políticas e ações do poder público. O **Sr. Alex Marques Rosa** agradece a todos
153 e inicia sua apresentação no telão. Salienta que a partir do terceiro eixo temático proposto no
154 texto base da 5ª Conferência Nacional das Cidades e sua pesquisa em desenvolvimento no
155 programa de mestrado em arquitetura e urbanismo da FAU/USP, que trata da
156 intersectorialidade nas políticas habitacionais, pretende fornecer subsídios para o debate nesta
157 conferência. Inicia apresentando o exemplo de um grande conjunto habitacional em
158 Londrina/PR, onde algumas falhas trazem à tona problemas relacionados à falta de integração
159 das políticas públicas. Ressalta que a intersectorialidade, na verdade, é uma solução possível
160 para um problema que ainda não está claro para a sociedade brasileira, que é a desarticulação
161 da ação do Estado. Assim, parte do pressuposto que a desarticulação tem razões históricas,
162 calcadas na formação do Estado brasileiro, marcada pela articulação entre o arcaico e o
163 moderno, pelo clientelismo, pela lógica do favor, o qual Raymundo Faoro denomina como
164 “Estado Patrimonialista”. Neste sentido, destaca que a desarticulação e a fragmentação das
165 políticas públicas guarda relação estreita com a lógica da formação da sociedade brasileira e,
166 por conseguinte, com a formação dos governos, nos seus diversos níveis. Deste modo, coloca
167 alguns pontos que considera importantes para construir a intersectorialidade, visando garantir a
168 efetividade das políticas públicas. Salienta que é preciso elaborar mecanismos e procedimentos
169 para a integração das políticas setoriais, atribuindo papéis claros aos atores envolvidos. Lembra
170 que outro ponto é o mapeamento do alcance das ações, por exemplo, como as políticas
171 habitacionais podem encontrar potencialidades nas políticas de educação, saúde e meio-
172 ambiente, entre outras. Ressalta que o desafio é este: desenhar as ferramentas que vão
173 garantir a efetividade das políticas públicas. Recorda que a intersectorialidade já está colocada
174 em muitos planos diretores, planos setoriais, porém não existem mecanismos claros para que
175 ocorra na prática. Propõe como ponto de partida refazer os caminhos traçados entre os
176 gabinetes e os canteiros de obra, e neste intervalo, esclareceremos os problemas e algumas
177 soluções possíveis surgirão. Na sequência o **cerimonialista Evandro** chama ao palco para versar
178 sobre Políticas de Incentivo à Implantação de Instrumentos de Promoção da Função Social da
179 Propriedade, a senhora Vanessa Gayego Bello Figueiredo e lê seu curriculum, a saber: Arquiteta
180 e Urbanista – PUC/Campinas; Doutoranda e Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela
181 FAU/USP; docente na FAU/CEUNSP; foi pesquisadora da FUPAM – Fundação para Pesquisa
182 Ambiental da FAU/USP; foi subprefeita de Paranapiacaba e Área de Mananciais de Santo André
183 e gestora de políticas públicas no mesmo município; membro do Comitê Brasileiro do TICCIH -
184 The International Commiteé for the Conservation of the Industrial Heritage (uma organização
185 internacional para a preservação do patrimônio industrial); membro da Associação de ex-alunos
186 do Programa World Heritage Studies - Brandenburg University of Technology – Alemanha
187 (Especialização em Estudos do Patrimônio Mundial); participou dos Conselhos Municipais de

188 Política Urbana, Patrimônio Cultural e Meio Ambiente de Santo André entre 2002 e 2008. A
189 **professora Vanessa Gayego Bello Figueiredo** agradece o convite e a presença de todos e inicia
190 a exposição no telão. Esclarece que tratará de situar a função e objetivo dos instrumentos da
191 política urbana na promoção da função social da cidade e da propriedade, dentro das
192 estratégias de Construção do SNDU – Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, na
193 perspectiva da Promoção da Reforma Urbana, conforme pauta o Ministério das Cidades.
194 Esclarece o que é função social da cidade e da propriedade, ressaltando a importância do Plano
195 Diretor, do Macrozonamento, do Zoneamento e da definição do Perímetro Urbano como
196 instrumentos básicos, disciplinadores de uma cidade mais econômica, socialmente justa,
197 contribuindo para o desenvolvimento urbano sustentável. Ressalta que aliada à noção de
198 função social da propriedade está o conceito de utilização, que deve ser definido e
199 territorializado no Plano Diretor ou leis complementares. Destaca que o Ministério das Cidades
200 tem priorizado a Política Nacional de Regularização Fundiária Urbana, sobretudo, por estar, em
201 sua maior parte, associada a um passivo urbano e social de ocupações de população de baixa
202 renda, que historicamente não teve acesso à terra urbanizada e à produção formal de
203 habitação. Assim, o texto-base coloca que a política deverá “caracterizar a irregularidade
204 fundiária urbana” (Diagnóstico) e “apontar estratégias de regularização”. Esclarece que dentro
205 das estratégias serão destacados dois itens: “os instrumentos de intervenção pública que serão
206 utilizados” (os do Estatuto da Cidade, da Lei Federal 11.977/09, da Lei nº 12.424, de 2011); e “a
207 proposição de novos instrumentos não existentes no arcabouço do Estatuto das Cidades que se
208 façam necessários” (Adjudicação Compulsória, Dação em Pagamento, Instituto do Abandono do
209 Código Civil e o papel dos governos municipais no Programa MCMV- Minha Casa Minha Vida). Na
210 sequência apresenta rapidamente um caso de regularização fundiária, coordenado pela
211 expositora quando Subprefeita, na área de Mananciais de Santo André (Parque Andreense -
212 800 famílias), destacando os principais problemas, desafios e conquistas desta experiência. Por
213 fim, salienta que o texto-base destaca a obrigatoriedade do Município “prever a aplicação de
214 instrumentos de garantia ao acesso e permanência das famílias à moradia nas áreas
215 regularizadas, de forma a evitar a valorização fundiária e a posterior expulsão das mesmas pela
216 dinâmica do mercado imobiliário”. Ressalta que a exposição finalizará com propostas de
217 instrumentos de combate a especulação imobiliária em áreas regularizadas, para serem
218 debatidas na segunda parte desta conferência. Com a finalização da palestra da professora
219 Vanessa, o **cerimonialista Evandro** convida todos os presentes a se dirigirem ao Barracão da
220 Estação do Idoso José Nassif, onde será servido o almoço, solicitando que voltem às 13h (treze
221 horas) para este auditório para dar prosseguimento aos trabalhos da tarde, em que os
222 participantes se reunirão em grupos de trabalho nas salas anexas a este. Após o almoço o
223 **cerimonialista Evandro** convida todos os presentes para participar do “acordamento”,
224 exercícios de alongamento e para despertar, ministrado por professor de educação física Sr.
225 Flávio da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Atividades Motoras da Prefeitura de

226 Piracicaba. Na sequência dos trabalhos o **cerimonialista Evandro** convida os presentes para
227 dirigirem-se às salas anexas para debate e elaboração das propostas, a saber: sala 1 o Grupo de
228 Trabalho do eixo 1. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento
229 Urbano – SNDU; sala 2 o Grupo de Trabalho do eixo 2. Fundo Nacional de Desenvolvimento
230 Urbano; sala 3 o Grupo de Trabalho do eixo 3. Instrumentos e Políticas de Integração
231 Intersetorial e Territorial e na sala 4 o Grupo de Trabalho do eixo 4. Políticas de Incentivo à
232 implantação de Instrumentos de Promoção da Função Social da Propriedade. Salaria que são
233 13h45 (treze horas e quarenta e cinco minutos) e solicita retorno às 15h15 (quinze horas e
234 quinze minutos). A distribuição dos participantes nas salas ficou uniforme e dá-se início aos
235 debates dos eixos temáticos baseado no texto base fornecido pelo Ministério das Cidades e o
236 “Texto de Apresentação para Discussão das Prioridades Municipais e Estaduais (incluindo o
237 Distrito Federal) para a Política de Desenvolvimento Urbano no período 2014-2016”. Cada sala
238 foi coordenada pelo respectivo palestrante, um mediador do Grupo de Trabalho ou Comissão
239 Preparatória e um auxiliar que digita as propostas em notebooks e salva em pendrive para ser
240 apresentada na plenária, a saber: eixo 1 – Sabrina Rodrigues Bologna e Rosalina Martins
241 Oliveira Castanheira, respectivamente; eixo 2 – Estevam Vanale Otero e Alex Donizete Perez,
242 respectivamente; eixo 3 – Maria Beatriz Silotto Dias de Souza e Marcelo Cachioni,
243 respectivamente; e eixo 4 – Andréia Golinelli e Fábio Jordão Malosso, respectivamente. Após,
244 na hora acordada todos retornam ao auditório e inicia-se a apresentação pelos respectivos
245 moderadores das salas, exibindo no telão as **propostas baseada no texto base**, não exatamente
246 na ordem dos eixos, destacando-se em vermelho as alterações e acréscimos propostos para os
247 respectivos parágrafos dos eixos temáticos (nesta ata, também, com tarja cinza) e numerados
248 pelo Ministério das Cidades, e na sequência as **propostas das Prioridades do Município**, que
249 foram sistematizadas quando se tratava do mesmo tema e apresentadas após as eleições dos
250 delegados, **sendo todas colocadas em votação pela plenária e aprovadas**, a saber: **Texto Base -**
251 **Eixo 3 - INSTRUMENTOS E POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO INTERSETORIAL E TERRITORIAL**,
252 apresentada pela engenheira Maria Beatriz Silotto Dias de Souza: 34. Para a atuação cooperada
253 entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, voltada à promoção das políticas
254 nacional, regionais e locais de desenvolvimento urbano. O Ministério das Cidades deve contar,
255 entre outros, com os seguintes instrumentos e políticas de integração intersectorial e territorial:
256V – **Priorizar a criação** do Sistema Nacional de Informações e de Monitoramento das
257 Políticas Urbanas como parte do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano – SNDU **visando**
258 **à efetivação das políticas públicas contidas nos planos; VI - Criação de uma lei federal de**
259 **responsabilidade territorial responsabilizando os poderes públicos municipais para aplicação do**
260 **estatuto das cidades e seus instrumentos.** Inserção do parágrafo **36a. Instituir um sistema de**
261 **gestão das redes de cidades médias e aglomerados urbanos.** 37. Em conformidade com as
262 deliberações das Conferências Nacionais das Cidades e do Conselho das Cidades, e levando em
263 consideração o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) e a Constituição Federal de 1988, até 2015 o

264 Ministério das Cidades deve ser elaborar o Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano, com
265 caráter participativo, estabelecendo os objetivos estratégicos da intervenção do governo
266 federal na política de desenvolvimento urbano para os próximos 10 anos, a contar da sua
267 aprovação. Devem fazer parte do Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano, os planos
268 nacionais setoriais de habitação, de saneamento ambiental, de transporte e mobilidade e de
269 programas urbanos, **articulados aos demais planos nacionais setoriais.** **Prioridades do**
270 **Município:** 1 - Município deve se apropriar/liderar gestão do plano habitacional municipal,
271 (plano, políticas, gestão), incentivando participação popular (0 a 3 salários mínimos) e a
272 produção por autogestão da moradia (MCMV e entidades) aplicando os instrumentos do
273 estatuto das cidades. 2 - Aplicação dos instrumentos do estatuto das cidades inseridos no plano
274 diretor visando a ocupação de vazios urbanos por habitação, usufruindo da infraestrutura
275 existente. 3 - requalificação da área central com vistas a reocupar imóveis vazios (terrenos com
276 estacionamento que podem receber uso misto) com o apoio dos instrumentos do estatuto das
277 cidades e revisão da planta genérica de valores para incentivar o uso residencial. 4 - Revisão do
278 Plano Diretor e Plano Diretor de Mobilidade com ampla participação da sociedade civil com
279 reuniões regionais e temáticas, e consultas públicas. **Texto Base - Eixo 2 - FUNDO NACIONAL DE**
280 **DESENVOLVIMENTO URBANO – FNDU, apresentado pelo arquiteto Estevam Vanale Otero: 28.**
281 Até 2014, o Ministério das Cidades deve elaborar e encaminhar à Presidência da República
282 proposta de criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano (FNDU) como instrumento
283 institucional de caráter financeiro. Tem a finalidade de dar suporte às ações e formas de
284 cooperação entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios para atender aos objetivos da
285 Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, composto por rubricas específicas para as áreas
286 de habitação de interesse social, saneamento ambiental de interesse social, transporte e
287 mobilidade de interesse social, programas urbanos estratégicos, **equipamentos sociais e**
288 **operações urbanas consorciadas.** Inserção do parágrafo **33a. A aplicação dos recursos do Fundo**
289 **Nacional de Desenvolvimento Urbano (FNDU) deve estar condicionada a aprovação e aplicação**
290 **pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Local.** **Prioridades do Município:** 1 -
291 Desburocratizar a participação dos movimentos sociais no debate do desenvolvimento urbano,
292 em especial na Conferência da Cidade. 2 - Capacitar e instruir prévia e adequadamente os
293 conselheiros do Conselho da Cidade. **Texto Base - Eixo 4 - POLÍTICAS DE INCENTIVO À**
294 **IMPLANTAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PROMOÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE,**
295 apresentada pela procuradora Andréia Golinelli: 38. Até 2016, o Ministério das Cidades deve
296 elaborar e implementar uma política de promoção da regularização fundiária urbana
297 envolvendo (i) programas de assistência técnica a processos de regularização fundiária urbana
298 nos municípios; (ii) a formação de agentes locais e sociais para a promoção de ações de
299 regularização fundiária urbana **especialmente na capacitação do Legislativo;** (iii) um plano de
300 promoção da função social nos imóveis da União **e Estado** vazios ou subutilizados para fins de
301 habitação de interesse social. 44. Até 2016, o Ministério das Cidades, juntamente com o

302 ConCidades, devem elaborar e implementar um programa de monitoramento da revisão e
303 regulamentação dos Planos Diretores Participativos, envolvendo: (i) a formação de agentes
304 locais e sociais para a revisão dos planos diretores municipais; (ii) campanhas nacionais em
305 torno de instrumentos específicos, em especial as Zonas de Especial Interesse Social, a Outorga
306 Onerosa do Direito de Construir, o parcelamento e edificação compulsória, o Imposto Predial e
307 Territorial Urbano progressivo no tempo e a desapropriação, a Usucapião, e os Conselhos das
308 Cidades; (iii) a produção de material didático em torno dos temas da campanha; (iv) a
309 assistência técnica na revisão dos Planos Diretores. 45. O programa de monitoramento da
310 revisão e regulamentação dos planos diretores deve prever: (i) o apoio prioritário aos
311 municípios com maiores dificuldades sociais e financeiras, incluindo pequenos municípios,
312 segundo critérios definidos pelo Conselho das Cidades; (ii) ações especiais nas regiões
313 metropolitanas, visando a adoção de processos consorciados de revisão dos planos entre os
314 municípios e a instituição de programas, políticas e instrumentos articulados entre os mesmos.
315 Outras propostas: 1ª) A adoção dos instrumentos jurídicos “Dação em Pagamento” e
316 “Abandono”, previstos no Código Civil, para utilização na regularização fundiária em indução no
317 desenvolvimento urbano; 2ª) A definição de prazos e regras para implementação e execução
318 dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, pelos Planos Diretores Municipais. 3ª)
319 Permissão legal para utilização de usos mistos no lote com o fim de viabilizar a permanência
320 dos moradores especialmente nas áreas de interesse social (ZEIS) e nas regularizadas.
321 **Prioridades do Município:** 1 - Regulamentação de todos os instrumentos legais previstos no
322 Plano Diretor, especialmente para fins de se dar uma destinação aos imóveis particulares vazios
323 (vazios urbanos). 2 - Capacitação do Conselho da Cidade e do Legislativo para conhecimento da
324 legislação do Plano Diretor. 3 - Revisão dos critérios para delimitação das ZEIS em áreas
325 localizadas na Zona de Ocupação Controlada por Fragilidade Ambiental (ZOCFA) e na Zona de
326 Ocupação Restrita (ZOR). **Texto Base - Eixo 1 - PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL NO SISTEMA**
327 **NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – SNDU**, apresentada pela jornalista Sabrina
328 Rodrigues Bologna: 21. O Conselho Nacional das Cidades terá entre as seguintes competências:
329 VII - estabelecer normas e critérios para o licenciamento de empreendimentos ou atividades
330 com significativo impacto sócio-ambiental de âmbito regional ou nacional, em articulação com
331 os conselhos nacionais afins. 23. As Conferências das Cidades devem ser espaços institucionais
332 públicos, de mobilização e participação pública e popular, de qualquer cidadão interessado,
333 com a atribuição de promover fóruns de discussão, avaliações, formular diretrizes e
334 proposições sobre a política nacional de desenvolvimento urbano e temáticas urbanas.
335 Acrescentar Inciso I no artigo 23: I – As Conferências Municipais terão autonomia para elaborar
336 seu regimento interno, respeitando a proporcionalidade e os eixos temáticos definidos para a
337 Conferência Nacional das Cidades. 24. A Conferência Nacional das Cidades deve ser a instância
338 superior de gestão democrática do SNDU, de caráter consultivo e deliberativo sobre assuntos
339 referentes a promoção e avaliação da política nacional de desenvolvimento urbano. 27. Até

2015, o Conselho das Cidades, em conjunto com o Ministério das Cidades, deve realizar um ciclo de seminários avaliando a disseminação e a capacidade deliberativa dos conselhos das cidades e **similares**, envolvendo todos os âmbitos do governo. **Prioridades do Município:** 1 – Criação do Conselho de Mobilidade Urbana (COMOB), como determinado pelo artigo 4 da Lei Complementar 187/2006, com caráter deliberativo. 2 – Revisão do Plano Diretor de Mobilidade (conforme Artigo 9, VI da Lei Complementar 176/2010) com ampla participação da sociedade civil. A referida revisão deve ocorrer com ampla participação da sociedade, para isso propomos que sejam realizadas reuniões regionais (regiões Norte, Sul, Leste, Oeste, Centro e Rural); Reuniões temáticas (Ciclistas, Usuários do Transporte Público e Pessoas com Necessidades Especiais, Idosos, etc); e Consultas Públicas. 3 - Transformação da Secretaria Municipal de trânsito e transportes em Secretaria Municipal de Mobilidade. 4 - As isenções de tarifas do transporte coletivo deverão ser custeadas pelo orçamento municipal e não pelos demais usuários. 5 - O conselho municipal da cidade de piracicaba deve elaborar um plano de mobilização social para ampliar a participação social no desenvolvimento urbano, promovendo debates acerca da função social da cidade. 6 - Que a Conferência Municipal da Cidade de Piracicaba garanta, por meio de sua Comissão Preparatória, a realização de no mínimo dois encontros preparatórios para discussão do texto base da Conferência e mínimo de uma plenária regional em cada região da cidade (Norte, Sul, Leste, Oeste, Centro e Rural) para fomentar a participação das cidadãs e cidadãos. Após a leitura das propostas municipais, a mediadora Sabrina Rodrigues Bologna procedeu a leitura de duas moções elaboradas no grupo de trabalho 1 para apreciação do plenário. A primeira moção, de repúdio à Comissão Preparatória, foi rejeitada pelo plenário após intenso debate. O conteúdo da moção segue: “O grupo de trabalho I: “Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano- SNDU” apresenta para votação em plenária a moção de repúdio à Comissão Preparatória da 5ª Conferência Municipal da Cidade de Piracicaba pela leitura do Regimento Interno apenas para conhecimento dos delegados, em detrimento da leitura com permissão para destaques, discussão dos destaques e aprovação pelos delegados.” Finalizada a leitura, o debate começa com a palavra do **Sr. Lauro Pinotti**; explica que repudia a moção de repúdio na medida que nós seguimos as regras que nos foram passadas. Salienta que é muita injustiça com relação às pessoas que organizaram este evento, de uma maneira bastante suada, que saíamos daqui com uma moção desqualificada como esta. Na sequência, o **Sr. Genésio**, da ONG Casvi, diz que entende o posicionamento que foi colocado pela Comissão, mas no seu entendimento, a Comissão poderia sim estabelecer, se assim desejasse, meios mais adequados para a participação. Isto foi levado para a Comissão, como moção de apelo, para que não restringisse a participação e não fomos atendidos. Após o vereador **José Fernandes Paiva** ressalta que reconhece o grande trabalho que esta Comissão fez para a realização do evento. No entanto, lembra que é praxe a leitura do Regimento Interno, seu debate no início do evento e aprovação pelo plenário, o que não ocorreu. Esclarece que seu posicionamento, então não é de repúdio à

378 Comissão e sim ao modelo, que deve ser aperfeiçoado, colocando em votação o regimento no
379 início dos trabalhos. A **Sra. Andréia** usa a palavra e informa que a Comissão está seguindo
380 orientação da resolução federal, sob pena de invalidar o processo e evoca o artigo 42 (Art. 42.
381 Cabe às Comissões Preparatórias Municipais: I - definir Regimento Municipal, contendo
382 critérios de participação para a Conferência, para a eleição de delegados para a etapa estadual,
383 respeitada as definições deste regimento e do regimento estadual, bem como a
384 proporcionalidade de distribuição dos segmentos, conforme art.17). Na sequência, o **Sr.**
385 **Anselmo**, do Observatório Cidadão de Piracicaba, diz que a fala da Sra. Andréia foi oportuna
386 porque ao ler o artigo 42 dá para perceber que em nenhum momento se fala que não pode se
387 discutir o Regimento Interno. Neste sentido, seu entendimento é que ou a Comissão foi levada
388 a erro ou é uma falta de entendimento da Comissão. Destaca que a moção repudia a Comissão
389 pela não discussão do Regimento, que no seu ponto de vista é inconstitucional, lê-lo só para
390 conhecimento. Na sequência, fez uso da palavra o **Sr. Juan Sebastianes** lembrando que todos
391 estão neste evento para discutir vários assuntos e que seria importante que prosseguisse a
392 discussão dos temas, pois o recado de descontentamento já foi dado. Após, usou a palavra a
393 **Sra. Ninfa** salientando que a postura de não aprovar o regimento veio porque despendia-se
394 muito tempo para discussão e que a proposta de não discutir vem de outras esferas. Dando
395 continuidade, o **Sr. Nelson Pinotti** disse que ninguém utilizou questão de ordem na leitura do
396 regimento. Após, o **Sr. Cláudio Bini**, procurador do município, ressaltou que está neste evento
397 desde o início junto com outras pessoas para discutir o melhor para a cidade e apresentar
398 proposições quanto aos temas estabelecidos e não fazendo moções. Finalizado o debate, a
399 moção foi colocada em votação, sendo 11 (onze) votos pela aprovação da moção e 15 (quinze)
400 pela rejeição. Na sequência, leu-se a moção de apelo, que esta reproduzida a seguir: “MOÇÃO
401 DE APELO - O grupo de trabalho “Participação e controle social no Sistema Nacional de
402 Desenvolvimento Urbano- SNDU” apresenta ao plenário a moção de apelo para que sejam
403 atendidas as seguintes propostas aprovadas na I Conferência Municipal de Transparência e
404 Controle Social: Reformulação do Portal da Transparência de Piracicaba, com linguagem e
405 interface acessível e que contenha, no mínimo, as seguintes informações: imóveis alugados;
406 gastos diários; repasses para as entidades civis; repasses dos governos Estadual e Federal;
407 contratos de serviços e obras (com orçamento, cronograma de pagamento e execução); lista de
408 servidores detalhada; processos licitatórios (disponibilização de todos os documentos);
409 comparativo entre orçado, listagem de patrimônio, empenhado, executado e liquidado. Criação
410 de um Conselho Municipal de Transparência e Controle Social deliberativo. Criação de lei que
411 regulamente a ampla e prévia divulgação e realização das Audiências Públicas e de seus
412 documentos e processo de acompanhamento de seus encaminhamentos. Piracicaba, 13 de
413 abril de 2013. 5ª Conferência Municipal da Cidade de Piracicaba.” Lida a moção de apelo,
414 procedeu-se a votação, sendo 16 (dezesesseis) votos a favor, 1 (um) contra e 10 (dez) abstenções.
415 Na sequência, enquanto as Propostas para o Município eram sistematizadas pelos mediadores

416 Sabrina Rodrigues Bologna e Estevam Vanale Otero, o **cerimonialista Evandro** convida os
417 **delegados** para a **eleição daqueles que representarão Piracicaba na 5ª Conferência Estadual**
418 **das Cidades** apresentando no telão a divisão dos segmentos, número de delegados por
419 segmento e respectivo local de eleição, a saber: I - gestores, administradores públicos e
420 legislativo municipal - 10 delegados, sendo 7 do poder executivo e 3 poder legislativo, auditório
421 da plenária; II - movimentos populares – 6, auditório da plenária; III – trabalhadores por suas
422 entidades sindicais – 3, sala 1; IV - empresários relacionados à produção e ao financiamento do
423 desenvolvimento urbano – 3, sala 2; V - entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e
424 conselhos profissionais – 1, sala 3 e VI - ONG's com atuação na área do Desenvolvimento
425 Urbano – 1, sala 4. Após a eleição todos são convidados para retornar no auditório da plenária,
426 onde está à disposição, nos fundos do referido auditório, lanche para todos e o cerimonialista
427 Evandro divulga o **nome dos eleitos como delgados para a 5ª Conferência Estadual** que foram
428 inseridos em tabela e apresentada no telão, a saber: **SEGMENTO I - PODER EXECUTIVOS:** Lauro
429 Jerônimo Annichino Pinotti (titular) e Valmir José Santana (suplente); Maria Beatriz Silotto Dias
430 de Souza (titular) e Sabrina Rodrigues Bologna (suplente); José Antonio de Godoy (titular); Paulo
431 Roberto Coelho Prates (titular); Getúlio Pedro de Macedo (titular); Andréia Golinelli (titular) e
432 Cláudio Bini (suplente); Maria Angélica Pavan Ignácio Cardoso (titular) e Arthur Azevedo Ribeiro
433 Neto (suplente). **SEGMENTO I – LEGISLATIVO:** Pedro Motoitiro Kawai (titular); José Antônio
434 Fernandes Paiva (titular); Francisco Almeida do Nascimento (suplente) e Paulo Sérgio Camolesi
435 (titular). **SEGMENTO II - MOVIMENTOS POPULARES:** Iraci Vitor Honda (titular); Tereza Nunes
436 dos Santos (titular); Maria Vanusia Lima dos Reis (titular). **SEGMENTO III - ENTIDADE DOS**
437 **TRABALHADORES:** Aristides Galvão (titular) e João José Carrandine (suplente); Francisco Pinto
438 Filho (titular) e Cláudia Renata Novolette (suplente); Vanderlei Antônio Zampaulo (titular) e Igor
439 Alessandro Serra (suplente). **SEGMENTO IV – ENTIDADE DOS EMPRESÁRIOS:** Ivanjo Cristiano
440 Spadote (titular); Rui Cassavia Filho (titular); Calil José Miguel (titular). **SEGMENTO V -**
441 **ENTIDADES PROFISSIONAIS, ACADÊMICAS E DE PESQUISA E CONSELHOS PROFISSIONAIS:**
442 Anderson Laerte Teixeira (titular) e Osvaldo Luis Baptista (suplente). **SEGMENTO VI – ONGs:**
443 André Luiz Queiróz Blanco (titular) e Rafael Jó Girão (suplente). Após a leitura todos são
444 convidados para se dirigirem ao palco para fotografia. Na sequência são apresentadas no telão
445 e lidas pela Sra. Sabrina Rodrigues Bologna as **Propostas para o Município sistematizadas**, a
446 saber: 1 – Criação do Conselho de Mobilidade Urbana (COMOB), como determinado pelo artigo
447 4º da Lei Complementar 187/2006, com caráter deliberativo. 2 – Revisão do Plano Diretor (Lei
448 Complementar 186/2006) e do Plano Diretor de Mobilidade (Lei Complementar 187/2006) com
449 ampla participação da sociedade civil. Para isso propomos que sejam realizadas reuniões
450 regionais (Norte, Sul, Leste, Oeste, Centro e Rural); Reuniões temáticas (Ciclistas, Usuários do
451 Transporte Público, Pessoas com Necessidades Especiais e Idosos, etc); e Consultas Públicas. 3 -
452 Transformação da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes em Secretaria Municipal de
453 Mobilidade. 4 - As isenções de tarifas do transporte coletivo deverão ser custeadas pelo

454 orçamento municipal e não pelos demais usuários. 5 - O Conselho Municipal da Cidade de
455 Piracicaba deve elaborar um plano de mobilização para ampliar a participação social no
456 desenvolvimento urbano, promovendo debates acerca da função social da cidade. 6 - Que a
457 Conferência Municipal da Cidade de Piracicaba garanta, por meio de sua Comissão
458 Preparatória, a realização de no mínimo dois encontros preparatórios para discussão do texto
459 base da Conferência e mínimo de uma plenária regional em cada região da cidade (Norte, Sul,
460 Leste, Oeste, Centro e Rural) para fomentar a participação das cidadãs e cidadãos. 7.
461 Desburocratizar a participação dos movimentos sociais no debate do desenvolvimento urbano,
462 em especial na Conferência da Cidade. 8 - Capacitar e instruir prévia e adequadamente o
463 legislativo e os conselheiros do Conselho da Cidade, com relação ao Plano Diretor e suas
464 propostas de alteração. 9 - Município deve se apropriar/liderar gestão do plano habitacional
465 municipal, (plano, políticas, gestão), incentivando participação popular de uma maneira geral,
466 atendendo principalmente população de 0 a 3 salários mínimos e a produção por autogestão da
467 moradia (MCMV e entidades) aplicando os instrumentos do Estatuto da Cidade. 10 -
468 Requalificação da área central com vistas a reocupar imóveis vazios (terrenos com
469 estacionamento que podem receber uso misto) com o apoio dos instrumentos do Estatuto da
470 Cidade e revisão da planta genérica de valores para incentivar o uso residencial. 11 -
471 Regulamentação de todos os instrumentos legais previstos no Plano Diretor, especialmente
472 para fins de se dar uma destinação aos imóveis particulares vazios (vazios urbanos). 12 -
473 Revisão dos critérios para delimitação das ZEIS em áreas localizadas na Zona de Ocupação
474 Controlada por Fragilidade Ambiental (ZOCFA) e na Zona de Ocupação Restrita (ZOR). Na
475 sequência, o **cerimonialista Evandro** convida os representantes da Sociedade Civil para eleição
476 dos **membros do Conselho da Cidade de Piracicaba**, apresentando no telão a divisão dos
477 segmentos, número de membros por segmento e respectivo local de eleição, a saber:
478 Movimentos Populares - cor amarela e plenária; Entidade dos Trabalhadores - cor rosa e sala 1;
479 Entidade dos Empresários - cor azul e sala 2; ONGs, entidades profissionais, acadêmicas e de
480 pesquisa e Conselhos Profissionais – cor verde e sala 3. Na sequência, conforme os segmentos
481 terminavam a eleição os nomes eram inseridos em tabela e apresentada no telão, após foi lido
482 pelo cerimonialista Evandro, a saber: **MOVIMENTOS POPULARES:** Maria Vanusia Lima dos Reis
483 (titular); Iraci Vitor Honda (titular) e Carlos José Marco da Silva (titular). **ENTIDADE DOS**
484 **TRABALHADORES:** **Sindicato Rural** - Jacob Alcides Bortoletto (titular) e Aparecida de Jesus Pino
485 Camargo (suplente); **Sindicato Urbano:** Vanderlei Antonio Zampaulo (titular) e Aristides Galvão
486 (suplente); Francisco Pinto Filho (titular) e Jorge Luiz de Paula (suplente); Claudia Renata
487 Novolette (titular) e Igor Alessandro Serra (suplente). **ENTIDADE DOS EMPRESÁRIOS:** **Setor**
488 **Imobiliário** - Calil José Miguel (titular); **Setor Sucoalcooleiro** - Ivanjo Cristiano Spadote (titular)
489 e **Demais Setores Econômicos** - Rui Cassavia Filho (titular). **ONGs, ENTIDADES PROFISSIONAIS,**
490 **ACADÊMICAS E DE PESQUISA e CONSELHOS PROFISSIONAIS:** Rafael Jó Girão (titular) e Tiago
491 Cerqueira Lazier (suplente); Ninfa Sampronha Barreiros (titular) e André Luis Queiroz Blanco

492 (suplente); Anderson Laerte Teixeira (titular) e Osvaldo Luis Baptista (suplente). Após a leitura
493 todos são convidados para se dirigirem ao palco para fotografia. Terminado os trabalhos os Sr.
494 Lauro Pinotti agradece a presença de todos e dá por encerrada a 5ª Conferência Municipal da
495 Cidade de Piracicaba da qual eu, Maria Beatriz Silotto Dias de Souza, lavrei a presente ata que
496 vai assinada por mim e demais membros presentes da Comissão Preparatória.

Maria Beatriz Silotto Dias de Souza
Grupo de Trabalho

Lauro Jerônimo Annichino Pinotti
Comissão Preparatória – Segmento I

Andréia Golinelli
Comissão Preparatória – Segmento I

Pedro Motoitiro Kawai
Comissão Preparatória – Segmento I

Iraci Vitor Honda
Comissão Preparatória – Segmento II

Benedito de Camargo
Comissão Preparatória – Segmento II

Odair Balioni
Comissão Preparatória – Segmento III

Antônio Carlos Munari
Comissão Preparatória – Segmento IV

Antonio Carlos Copatto
Comissão Preparatória – Segmento V

Augusto Cardinali Jr
Comissão Preparatória – Segmento VI